

**AO JUÍZO DE DIREITO DA Xª VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS  
E SUCESSÕES DE XXXXXXXX**

**Processo nº: XXXXXX**

**Apelante: FULANO DE TAL e FULANO DE TAL**

**FULANO DE TAL e FULANO DE TAL**, ENDEREÇO, CEP XXXXXXXX, por intermédio da **Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF, Núcleo de XXXXXXXX**, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 1.009 do Código de Processo Civil de 2015 interpor

**APELAÇÃO**

em face da sentença proferida nos autos em epígrafe, de ID XXXXXXXX, pelos motivos que expõem nas razões anexas.

**De início, com amparo no artigo 485, § 7º do CPC, requer o exercício do juízo de retratação da sentença. Caso esse não seja o entendimento de Vossa Excelência, requer que seja a presente apelação recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo e após regularmente processada seja remetida ao Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.**

Por oportuno, informa que não houve o recolhimento das custas e do porte de remessa e retorno, uma vez que os Apelantes são representados pela Defensoria Pública, tendo sido deferido o benefício da justiça gratuita.

Nesses Termos, Pede Deferimento.

XXXXXXXX/XX, XXXX

**FULANO DE TAL**

Defensor Público

# **EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

**Processo nº: XXXXXX**

**Apelante: FULANO DE TAL e FULANO DE TAL**

Egrégio Tribunal,

Eminentes Desembargadores da Colenda Turma,

## **I - DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE**

O recurso é próprio e admissível, nos termos do artigo 1.009 do Código de Processo Civil. Ademais, a decisão é recorrível.

Não houve preparo por estar a apelante sob o pálio da justiça gratuita.

Assim, o apelante requer seja conhecido o presente e no mérito lhe seja dado provimento, em decorrência dos fundamentos de fato e de direito abaixo aduzidos.

## **II - DA SÍNTESE DOS AUTOS**

Trata-se de execução de alimentos pelo rito da prisão, proposta pelos apelantes, objetivando suprir as suas necessidades básicas de sobrevivência como alimentação, saúde, vestuário, educação, lazer e moradia.

O presente feito tramita desde XXXX seguindo o regular trâmite processual, tendo em certidão de ID XXXXXXXX determinada a intimação pessoal da parte autora a fim de que se manifesta-se acerca da justificativa apresentada pelo devedor, bem como para que apresenta-se planilha de débito atualizada.

Conforme certidão de ID XXXXXX a apelante foi devidamente intimada, sem que tivesse apresentado manifestação,

razão pela qual o *juízo a quo* proferir sentença onde extinguiu o feito, sem julgamento de mérito.

Irresignados com os termos da sentença, os apelantes interpõe o presente recurso de apelação, segundo as razões que se passa a expor.

### **III - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

#### **III.I - DA NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA. VIOLÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS - DEVIDO PROCESSO LEGAL, AMPLA DEFESA. AUSÊNCIA DE VISTA PARA A DEFENSORIA PÚBLICA PARA INTIMAÇÃO DA APELANTE.**

O *juízo a quo*, ao sentenciar com a ausência de intimação da defensoria pública para se manifestar a respeito da certidão de ID XXXXXX, cerceou o direito dos apelantes de exercer a ampla defesa, além de violar a prerrogativa da Defensoria Pública de vista pessoal dos autos.

A ampla defesa constitui em apresentar toda a tese de defesa, sua fundamentação, bem como a apresentação do arcabouço probatório a fim de instruir os autos para que possa se buscar a devida prestação jurisdicional.

**Ao sentenciar sem a devida intimação pessoal para manifestação da Defensoria, o juízo *a quo* cerceou o direito dos apelantes de se manifestarem previamente acerca das certidões de ID XXXXXX e ID XXXXXXXX; fato esse que restringiram os seus direitos de defesa.**

O artigo 89 da Lei Complementar Nº 80, DE 12 DE JANEIRO DE 1994, que dispõe da prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Distrito Federal, é claro no que se refere a intimação pessoal da Defensoria Pública:

Art. 89. São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios:

I - receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos;

Em idêntico sentido, o artigo 186, § 1º do CPC, dispõe que: *“O prazo tem início com a intimação pessoal do defensor público, nos termos do art. 183, § 1º”*.

Patente a violação no caso dos autos da prerrogativa de intimação pessoal da Defensoria Pública, no patrocínio da defesa da parte. Nesse sentido, já decidiu o TJDF:

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PARTE PATROCINADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL. PREJUÍZO DEMONSTRADO. CERCEAMENTO DE DEFESA RECONHECIDO. SENTENÇA CASSADA.**

**1. Constitui prerrogativa da Defensoria Pública a intimação pessoal para todos os atos do processo, mediante a entrega dos autos com vista, sob pena de nulidade.**

2. No caso, resta caracterizado o efetivo prejuízo à apelante, patrocinada pela Defensoria Pública, que, em razão da ausência de intimação, não teve a oportunidade de demonstrar a alegada imprescindibilidade da prova testemunhal, como meio de comprovar a necessidade de receber alimentos, salientando-se que seu pedido foi julgado improcedente justamente em razão da ausência de provas do alegado.

3. Diante da ausência de intimação da Defensoria Pública e da demonstração do prejuízo derivado de tal ato, tem-se por inegável o cerceamento de defesa, razão pela qual a medida que se impõe é a cassação da sentença recorrida.

4. Recurso conhecido e provido. Sentença cassada. (Acórdão n.1064163, 20150710224539APC, Relator: SANDOVAL OLIVEIRA 2ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 29/11/2017, Publicado no DJE: 04/12/2017. Pág.: 352/367) **(grifo nosso)**

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA DEFENSORIA**

PÚBLICA. ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS. NULIDADE.

**1. À luz do devido processo legal, na hipótese de a parte estar patrocinada pela Defensoria Pública é necessária a intimação pessoal desta, em razão da prerrogativa legal, mediante a entrega dos autos com vista, nos termos do inciso I do artigo 89 da Lei Complementar nº 80/94; do § 5º do artigo 5º da Lei nº 1.060/50; e do §1º do art. 186 do CPC, sob pena de nulidade.**

2. Apelação conhecida e provida. Sentença tornada sem efeito. (Acórdão n.1040650, 20160510097870APC, Relator: ANA CANTARINO 8ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 10/08/2017, Publicado no DJE: 28/08/2017. Pág.: 430/439)

Portanto, é nítido que os apelantes tiveram prejuízo com a r. sentença, pois não lhe foram permitidos manifesta-se a respeito da decisão.

Diante disso, todos os atos processuais produzidos após a falha na intimação pessoal à Defensoria Pública se encontram eivados de nulidade e, portanto, a r. sentença deve ser cassada.

#### **IV - DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer que seja conhecido e provido o presente recurso para **cassar a sentença vergastada**, seja pela violação aos princípios da ampla defesa e contraditório, seja por ausência de vista pessoal da Defensoria Pública, a fim de que seja permitida a ampla defesa.

Nesses Termos, Pede Deferimento.

XXXXXXX/XX, XXXX.

**FULANO DE TAL**

Defensor Público